



FEIRA DE AGOSTO – GRÂNDOLA 2017

No âmbito da Operação “ACONCHEGO” e por convite da Câmara Municipal de Grândola, a ANAFS montou num espaço anteriormente cedido, junto às entidades que garantem a segurança do recinto da “Feira de Agosto – GRÂNDOLA 2017” (GNR e CBVG) um stand de divulgação das suas actividades, com especial incidência para a Operação “ACONCHEGO” que vem decorrendo desde 2011 na sua quase totalidade das Freguesias de Grândola e de Santa Margarida da Serra e de Azinheira de Barros deste Município Alentejano.

Com base na solicitação, a partir do dia **220900AGO17** até **290000AGO17** a ANAFS assume o encargo de montar e guarnecer um espaço de divulgação de actividades e contacto, com a população em geral e em especial com os utentes da Operação “ACONCHEGO”, que visitem a “FEIRA DE AGOSTO 2017”.

O dispositivo, chefiado pela Coordenadora Adjunta VM da ANAFS EOC TEAM Patrícia Muñoz, contou com a colaboração da Adjunta ANAFS ULA Laura Alves e o apoio logístico e operacional do Adjunto da Equipa BRAVO da ANAFS DRC TEAM José Mognat, que garantiram a presença e assistência ao “ESPAÇO ANAFS”, visitado por inúmeras pessoas, com relevo para os que habitualmente são assistidos pelos técnicos da ANAFS.



FORMAÇÃO ATENÇÃO - NOVAS DATAS

32º CURSO ELEMENTAR DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

9, 10, 11, 12, 13 e 14 de Outubro de 2017 (19:00/23:00) – Sede Nacional da ANAFS - LISBOA

Informações:

anafsformacao@gmail.com

Tel. 917177676 – 216032115

www.anafs.org



ORIENTAÇÃO NÚMERO: 013/2017 DATA: 13/07/2017

ASSUNTO: Climatização nos Estabelecimentos e Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde

CONTACTOS: Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde

Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 2º do Decreto Regulamentar nº 14/2012, de 26 de janeiro, emite-se a Orientação seguinte: Portugal, dada a sua localização geográfica, é um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas e à ocorrência de fenómenos climáticos extremos. Por esta razão, a repercussão dos efeitos das ondas de calor na mortalidade tem sido estudada desde longa data, com relevo para o estudo realizado sobre a onda de calor de 2003 (Nunes et al., 2008). Este estudo evidenciou que a existência de um excesso de mortalidade intra-hospitalar estava fortemente associada às ondas de calor, tendo-se verificado que a instalação de ar condicionado em serviços hospitalares melhorava a sobrevivência, sendo este facto mais evidente nos doentes com idade igual ou superior a 45 anos, nos quais se observou uma redução em 40% do risco de morrer. A ocorrência frequente de temperaturas elevadas na primavera/verão pode dar origem a efeitos graves na saúde, incluindo desidratação e descompensação de doenças crónicas. O inverno e as baixas temperaturas estão, também, associados a maior procura de cuidados de saúde por descompensação de doenças crónicas. Quer com temperaturas mais elevadas, quer com temperaturas mais baixas, o potencial aumento da morbidade pode conduzir a um aumento da procura dos serviços de saúde. Cumulativamente, o envelhecimento da população, associado ao aumento da prevalência de doenças crónicas, acentua a necessidade de implementação e adequação dos meios necessários à minimização destes efeitos potenciais, pelo que urge assegurar que as unidades de prestação de cuidados de saúde, em especial as que têm internamento, disponham das condições adequadas de climatização, para a redução da exposição ao calor e ao frio dentro de espaços fechados, tal como prevê o Despacho nº 2483/2017, de 23 de março. Por outro lado, para além das medidas que visam garantir que as condições de conforto térmico não têm efeitos negativos no estado de saúde da população, importa igualmente promover a adaptação às alterações climáticas nas políticas do Setor Saúde, no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020 – Setor Saúde), incluindo a adoção de medidas que minimizem futuros impactos negativos, nomeadamente relacionados com eventos meteorológicos extremos, tal como previsto no Despacho nº 6234/2016, de 11 de maio.

Assim, com o objetivo de minimizar o impacto negativo das temperaturas extremas adversas deverão os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nas áreas dos cuidados de saúde primários, dos cuidados de saúde hospitalares e da rede de cuidados continuados: Preparar as unidades e serviços para a adequada resposta a situações de temperaturas extremas; Promover a instalação de equipamentos de climatização, sempre que necessário; Promover a manutenção preventiva, de acordo com as especificações do fabricante, dos sistemas AVAC — Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, de modo a aumentar a sua eficiência e a minimizar as avarias; Assegurar a intervenção sobre os problemas eventualmente identificados aquando da avaliação das condições de climatização; Promover a adequada climatização dos espaços de observação, internamento e salas de espera; Disponibilizar salas climatizadas para, em caso de calor ou frio intenso, acolher doentes crónicos que necessitem de cuidados básicos; Assegurar, através dos respetivos serviços de manutenção, que as situações de avaria ou dificuldades de funcionamento dos equipamentos de climatização sejam corrigidas. As especificações técnicas em matéria de climatização podem ser consultadas no sítio da internet da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) em

http://www.acss.min-saude.pt/wpcontent/uploads/2016/09/Especificacoes_Tecnicas_06_2008.pdf.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

De acordo com o Executivo da Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra a ANAFS projectou uma “TASK FORCE” para Vale da Água (Grândola) para apoio às operações de combate aos incêndios florestais que assolaram aquele Concelho.

A “task force” foi composta por 6 (seis) membros da ANAFS DRC TEAM e ANAFS USAR TEAM e duas viaturas (ATGL1 e ATGL2).

O Coordenador Adjunto SEG da ANAFS USAR TEAM José Pedro Figueiredo foi encarregue do comando e controlo da Força, sendo a direcção técnica de saúde exercida pela Adjunta TEM da ANAFS DRC TEAM Isabel Almeida.

A missão inicia-se em 102030AGO17 tendo sido coordenada dentro das necessidades transmitidas pela Presidente da Junta de Freguesia de Grândola e de Santa Margarida da Serra e pelo Coordenador do SMPC de Grândola e terminou em 122300AGO17.



Os Incêndios Florestais e os Meios Aéreos

No âmbito dos incêndios florestais, parece não haver assunto mais controverso que a discussão sobre os meios aéreos.

Antes de 2007, a controvérsia girava em torno dos interesses financeiros dos operadores de meios aéreos, chegando mesmo a referir-se que alguns dos maiores incêndios, seriam ateados pelos próprios operadores, como forma de incrementarem os seus lucros, sem que tal facto alguma vez tivesse sido inequivocamente demonstrado.

Após 2007, com a criação da **EMA** e com a entrada em operação dos meios aéreos adquiridos pelo Governo, a controvérsia encontrou nova matéria de desenvolvimento. Tudo quanto de mau era possível dizer acerca desta matéria, foi dito. Os quadrantes de origem e os fundamentos da controvérsia foram os mais variados. Desde os que defendiam que essas frotas do Estado, sob tutela do **Ministério da Administração Interna**, deviam ser geridos pela **Força Aérea**, outros com a mesma veemência, defendiam que essa gestão devia ser protagonizada pela **Protecção Civil** ou pelos **Bombeiros**, outros ainda insistiam na inadaptabilidade dos helicópteros **Kamov** para o combate aos incêndios florestais.

Enfim, tudo foi dito e escrito e nunca Portugal imaginou ser dotado de tantos *especialistas* em meios aéreos, como se verificou desde 2007 até ao presente.

O **Kamov** veio a impor-se pela sua capacidade de transporte de água e passou a ser o meio aéreo mais requisitado no âmbito do combate ampliado, chegando mesmo a protagonizar alguns diferendos operacionais de quem, no *spot*, não aceitava o atraso no acionamento do **Kamov**, em prol de uma estratégia "ataque inicial versus ataque ampliado" por vezes demasiado rígida e que o Comando Nacional implementava de uma forma inflexível.

Contudo, o maior dano no projeto dos meios aéreos do Estado, verificou-se quando esta matéria passou a ser arma de arremesso político, o que veio a determinar a extinção da **EMA** e do seu "know-how" e a transferência da gestão das frotas para a **Autoridade Nacional de Protecção Civil** em 2014.

Desde essa data, a quase totalidade da frota **Kamov** veio a degradar-se do ponto de vista da manutenção e dos níveis de serviços prestados.

Do ponto de vista da manutenção, em 2015 foi atingido o nível mais baixo de disponibilidade, ano em que dos cinco **Kamov** disponíveis no início de 2014 (um tinha sofrido um acidente em 2012), só um estava disponível no início desse Verão. Em 2016 terão sido recuperados mais dois helicópteros.

Do ponto de vista dos níveis de serviço prestados, desde 2014 até ao presente, foram-se perdendo paulatinamente as capacidades de *Search and Rescue on shore e off-shore*, o transporte de doentes primários e transferências inter-hospitalares, os serviços de polícia e vigilância de fronteiras, que desde 2007 foram sendo disponibilizados à **PSP, GNR e SEF**.

A gestão das frotas pela **ANPC** veio a demonstrar-se pouco eficaz, o que não seria de estranhar, atendendo a que a Autoridade não tinha qualquer histórico de gerir na plenitude frotas de helicópteros.

Portugal tal como os restantes países mediterrânicos, carece de ter frotas próprias de meios aéreos, especialmente dos meios que são difíceis de encontrar no mercado do aluguer.

Estão neste contexto os helicópteros **Kamov** e outros helicópteros pesados que permitam o lançamento de grandes quantidades de água, que façam a diferença nos teatros de operações mais complexos.

De igual forma o **Estado Português** deve ser dotado de aviões anfíbios pesados, do tipo *Canadair* ou *Beriev*, pelos mesmos motivos citados quanto aos helicópteros pesados, mas também para que possamos corresponder aos Acordos com o Reino de Espanha e Marrocos, bem como com o Mecanismo Europeu.

No passado recente, todos os anos temos recebido o apoio externo em matéria de meios aéreos pesados sem que possamos corresponder com o princípio da reciprocidade.

Recentemente voltou a ser recorrente a referência à aquisição pela **Força Aérea** de uma frota de aviões **Embraer KC-390**, suscetíveis de serem fornecidos com equipamentos de produtos extintores e assim poderem participar no combate aos incêndios florestais.

Consideramos que essa nova solução possa ser de elevada validade se se verificarem dois pressupostos. O primeiro é que a **ANPC** volte a equacionar o uso de caldas retardantes. O segundo pressuposto é que a **Força Aérea** crie pelo menos uma Base geograficamente alternativa, suscetível de ser operada por essa nova frota em matéria de incêndios florestais.

O abandono do uso de caldas retardantes, há muito tempo assumido na estratégia de combate aos incêndios, algo perfeitamente incompreensível, mais que não seja, por ser uma estratégia utilizada em todos os países mediterrânicos, determinou que se tivesse abandonado a utilização do *Lockheed C-130 Hercules*, atendendo a que de facto, o uso desta tipologia de avião somente para o lançamento de água, ser manifestamente pouco eficaz, atendendo ao baixo nível de rotatividade das largadas particularmente quando, normalmente só tinha Base no Montijo.

O pressuposto da **Força Aérea** poder vir a criar uma base alternativa à operação do *Embraer KC-390*, geograficamente complementar à base principal, facilitará e tornará mais eficaz, os tempos de rotatividade da aeronave no combate ao incêndio.

Operados pela **Força Aérea**, pela **ANPC** ou retomando o modelo de uma Empresa Publica tecnicamente apta para a gestão de aeronaves, o **Estado Português** carece de redefinir as suas frotas de meios aéreos pesados que permita uma resposta pronta e eficaz, em apoio ao **GIPS da GNR** e à **FEB da ANPC**, que nos últimos tempos têm sido, ao que parece, as únicas unidades que se têm mostrado disponíveis para encarar o combate direto às chamadas.

Rogério Pinheiro
Presidente da Assembleia Geral da **ANAFS**



UNIDADE DE LOGÍSTICA ALIMENTAR

Com a criação das Unidades Operacionais da ANAFS, iniciadas em 2005, através da organização da ANAFS DRC TEAM (IDP), a que se seguiram a ANAFS USAR TEAM, a ANAFS EAC TEAM e finalmente integrando esta, a ANAFS EOC TEAM (C3), entendeu-se criar uma unidade de apoio que permitisse, não só melhorar as condições de alimentação da componente operacional, como, sempre que a ANAFS o necessitasse, responder às necessidades de fornecimento de alimentação de qualidade e a baixo custo. Assim, em 25SET11, foi organizada a ULA, Unidade de Logística Alimentar, de forma a permitir responder aquelas necessidades, libertando igualmente elementos das unidades operacionais para as suas responsabilidades iniciais e que tinham vindo a assumir em acumulação essas funções.

As capacidades operacionais da ULA têm, graças ao esforço colectivo, com registo especial para os que nela habitualmente labutam, vindo a melhorar e a rentabilizar a sua prestação, não só na sua composição orgânica, como nas suas capacidades técnicas e materiais, especialmente, aproveitando doações de equipamentos, o que tem permitido tornar-se autónoma das outras unidades operacionais.

Assim, numa primeira fase a ULA encontra-se capacitada para fornecer alimentação até 150 operacionais, nas 24 horas, num conjunto de 1ª, 2ª, 3ª refeição e reforço, mantendo, em operações a estrutura de fornecimento aberta 24X24H, permitindo, em qualquer momento, apoiar equipas em actividade operacional rotativa. Igualmente, dentro das suas competências técnicas, pode fornecer alimentação em acções formativas ou outras que lhe venham a ser determinadas.

O Quadro Orgânico é composto por um Chefe de Equipa, um Adjunto de Equipa, três Auxiliares e um Especialista em nutrição.

A ANAFS ULA depende hierárquica, funcional, técnica e operacionalmente da ANAFS EOC TEAM, fazendo a sua ligação funcional e técnica ao Coordenador Adjunto OPS da referida Unidade e para efeito de aquisições à Coordenadora Adjunta VM (Tesoureira da ANAFS).



Projecto – “Faz-te em Santa Clara”

A ANAFS, através da sua Unidade de Intervenção Social - UIS interveio em apoio do Centro Social Paroquial Charneca-Galinheiras e do seu Projecto – “Faz-te em Santa Clara” doando um conjunto de produtos que irão fazer parte dos cabazes sociais a distribuir por aquele Centro Social:

- 25 pacotes de esparquete (de 500g)
- 12 caixas de cereais (de 750g)
- 2 frascos de polpa de tomate (1000g)
- 4 garrafas de polpa de tomate (500g)
- 2 frascos de *canderei*